1. Objetivo

A presente POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ("POLÍTICA") tem por objetivo estabelecer as diretrizes gerais para assegurar a privacidade e proteção dos dados pessoais aos quais a MINERAÇÃO TABOCA S.A. ("TABOCA" ou "COMPANHIA") tem acesso, bem como ratificar o compromisso com a segurança das informações de todos os atores envolvidos em suas atividades, sejam eles clientes, parceiros comerciais, prestadores de serviços e terceiros, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD").

Esta Política tem por finalidade descrever os procedimentos e/ou condutas que assegurem e reforcem o compromisso da TABOCA não apenas com a LGPD, mas também com as práticas e regulações a serem seguidas durante a condução das atividades e operações de Tratamento de Dados Pessoais realizadas pela COMPANHIA e pelos destinatários desta Política.

2. Abrangência

Esta Política aplica-se a todos os empregados, colaboradores, terceiros, estagiários, diretores, prestadores de serviço, fornecedores e quaisquer outras pessoas que tiverem acesso a dados pessoais por meio da TABOCA ("Integrantes").

3. Termos e definições

Apresentamos, abaixo, os principais termos adotados nesta Política, com os respectivos significados:

1. Dados Pessoais: toda informação relacionada a uma pessoa, que a identifique ou possa vir a identificá-la, incluindo, por exemplo, o nome, sobrenome, apelido, idade, endereço residencial ou eletrônico, dados de localização, placas de automóvel, perfis de compras, dados acadêmicos, histórico de compras, entre outros;

2. Dados Pessoais Sensíveis: são dados relacionados às características da personalidade do indivíduo e/ou suas escolhas pessoais, e que podem causar algum tipo de discriminação, tais como origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

3. Titular: pessoa a quem se referem os Dados Pessoais e/ou Dados Pessoais Sensíveis, que são objeto de algum Tratamento;

4. Tratamento: qualquer operação ou conjunto de operações realizados com o uso de Dados Pessoais, por meios automáticos ou não, tal como coleta, registro, organização, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, transferência, disseminação ou de outra forma disponibilização, alinhamento ou combinação, bloqueio, difusão, extração, eliminação ou destruição.

5. Banco de Dados: conjunto estruturado 5. de Dados Pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

6. Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do Tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

7. Dados Anonimizados: são os dados relativos a um Titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu Tratamento;

8. Base Legal: fundamentação legal que justifica o Tratamento de Dados Pessoais para uma determinada finalidade, nos termos da Lei Brasileira;

9. Lei Brasileira: todas as normas jurídicas vigentes relacionadas à proteção de Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando à: Constituição Federal Brasileira; Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018); Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); Decreto Regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/2016); Código Civil (Lei nº 10.406/2002), Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90); Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);

10. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"): dispõe sobre o Tratamento de Dados Pessoais, nos meios físicos e digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado;

11. Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"): autarquia federal de natureza especial, responsável por fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil;

12. Controlador de Dados ou Controlador: aquele que, individualmente ou em conjunto com outrem, determina as finalidades e os meios de Tratamento de Dados Pessoais dos Integrantes;

13. Operador de Dados ou Operador: refere-se à uma pessoa física ou jurídica que trata Dados Pessoais em nome do Controlador de Dados;

14. Encarregado pelo tratamento de dados ou DPO: pessoa física ou jurídica indicada pela TABOCA, como elo de comunicação entre o Controlador, os Titulares dos dados e a ANPD;

15. Terceiros: todos aqueles que não integrem a estrutura organizacional da TABOCA;

16. Transferência Internacional: transferência de Dados Pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

17. Incidente de Segurança da Informação: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de Tratamento de Dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do Titular dos Dados Pessoais.

4. Princípios do Tratamento de Dados Pessoais

No Tratamento de Dados Pessoais, a TABOCA levará em conta e respeitará os seguintes princípios legais:

1. Adequação: o 1. tratamento de dados pessoais deve guardar compatibilidade com a finalidade informada ao seu Titular, ou seja, deve estar em consonância com as finalidades pretendidas para o escopo;

2. Finalidade: os dados pessoais deverão ser recolhidos para o intuito determinado, explícito e legítimo no momento de sua coleta. Deste modo, os Dados Pessoais recolhidos não deverão ser utilizados para propósito diverso do que informado ao seu Titular;

3. Legalidade: o tratamento de dados pessoais apenas será considerado legal, se for fundamentado em pelo menos uma das bases legais previstas na legislação aplicável;

4. Livre Acesso: ao titular deverá ser garantida a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento dos seus dados pessoais;

5. Não Discriminação: os dados pessoais não deverão ser tratados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;

6. Necessidade: limitação do tratamento de dados pessoais ao mínimo necessário para atingir a finalidade, evitando-se o tratamento excessivo de dados pessoais;

7. Prevenção: deverão ser adotadas medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

8. Qualidade: os dados pessoais tratados precisam ser exatos, claros, relevantes e atualizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

9. Responsabilização: o controlador deve garantir o cumprimento e demonstração de conformidade de cada operação de tratamento de dados pessoais com os requisitos estabelecidos na legislação aplicável;

10. Segurança: o tratamento de dados pessoais deve ter em conta a segurança necessária contra Tratamento não autorizado ou indevido, e contra perda, destruição e danos acidentais, usando medidas técnicas e organizacionais adequadas;

11. Transparência: o titular deverá estar ciente, e ainda, previamente informado, de quem será(ão) o(s): controlador(es) de dados; operador(es); encarregado; terceiro(s) a quem os dados pessoais poderão ser transmitidos; e objetivo(s) do tratamento.

5. Responsabilidades e autoridades

5.1. Proteção de dados pessoais

Todos os colaboradores da TABOCA, efetivos ou temporários, os parceiros comerciais, prestadores de serviços e Terceiros que atuem em seu nome, deverão cumprir todas as determinações previstas na legislação vigente e em procedimentos internos referentes à proteção de dados pessoais e à proteção de direitos e liberdades dos titulares, cujos dados pessoais, eventualmente, sejam tratados no âmbito de sua atuação profissional.

5.2. Tratamento de dados pessoais

No exercício de suas atividades, e desde que atendidas as normas e diretrizes desta Política, a TABOCA poderá utilizar Dados Pessoais para consecução de recrutamento/seleção de pessoas; cadastrar, identificar e monitorar o acesso de pessoas aos seus estabelecimentos; confeccionar relatórios de gestão de seus projetos; realizar parcerias comerciais, contratos, desenvolvimento e conformidade dos serviços prestados; bem como realizar Marketing de e-mail ("Mailing"), com o propósito de contatar o titular dos dados pessoais, por intermédio de boletins informativos, promocionais e outros meios.

5.3. Tratamento de dados pessoais sensíveis

No âmbito de atuação da TABOCA, o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis será realizado para as seguintes Finalidades:

1. preenchimento de ficha(s) contendo informações pessoais (RG, CPF, estado Civil, naturalidade, profissão, endereço residencial);

2. biometria digital e facial;

3. controle de documentos médicos (e.g. exame médico admissional, exame toxicológico, exame de COVID-19 e demais exames médicos ocupacionais); e

4. preenchimento de ficha(s) com informações pessoais em sua Base de Dados (e.g número de passaporte).

A TABOCA reconhece ainda, a relevância e especificidade que envolvem o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis e, por esta razão, assume o compromisso de adotar medidas especiais de salvaguarda.

6. Atividades

6.1. Bases legais

O Tratamento de Dados Pessoais no âmbito da atuação da TABOCA assenta-se em fundamento(s) jurídico(s), conforme previsto na LGPD. Assim, primordialmente o fundamento jurídico deverá ser identificado e registrado. O tratamento sem qualquer base legal ou fundamento jurídico poderá ser considerado irregular e deverá ser interrompido imediatamente. O tratamento pode ser respaldado por, pelo menos, uma das Bases Legais abaixo descritas, as quais estão sendo elencadas de forma exemplificativa:

1. consentimento prévio do Titular dos Dados Pessoais;

2. cumprimento de obrigação legal ou regulatória;

3. quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o Titular, a pedido do Titular dos Dados Pessoais;

4. cumprimento de uma tarefa realizada no interesse público ou para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

5. para a proteção da vida ou da incolumidade física do Titular ou de terceiros;

6. legítimo interesse, exceto nos casos em que prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do Titular que exijam a proteção dos Dados Pessoais.

6.2. Direitos de titulares de dados

Os Integrantes poderão requisitar à TABOCA direito de acesso às informações sobre:

1. o Tratamento dos Dados Pessoais mantidos e/ou eventualmente divulgados ou transferidos; sobre o direito de se opor, restringir, parar ou impedir o Tratamento;

2. direito de correção de qualquer erro em seus Dados Pessoais;

3. direito de eliminação de Dados Pessoais das Bases de Dados Pessoais, ressalvadas as hipóteses legais de armazenamento;

4. direito de receber seus Dados Pessoais em um formato estruturado, legível;

5. direito de revogar o seu Consentimento para as Finalidades de Tratamento de Dados Pessoais a ele atreladas;

6. direito de informação sobre os desdobramentos de sua relação com a TABOCA;

7. direito de portabilidade dos Dados Pessoais, mediante requerimento, para que os Dados Pessoais sob Tratamento sejam transferidos a outro prestador de serviço indicado pelo Titular; e

8. direito de anonimização ou bloqueio, mediante prévia solicitação.

As requisições deverão ser endereçadas ao Encarregado de Proteção de Dados, através do e-mail: lgpdmtaboca@mtaboca.com.br

Entretanto, é importante observar que a TABOCA se sujeita ao cumprimento de obrigações legais impostas em virtude da LGPD e demais normativos e/ou obrigações regulatórias, de modo que algumas solicitações poderão não ser atendidas.

6.3. Segurança de dados pessoais

A TABOCA se compromete a desenvolver seus melhores esforços visando:

· implementar e manter medidas físicas, técnicas e organizacionais apropriadas a proteger os Dados Pessoais de seus Integrantes, prestadores de serviços, parceiros e clientes, de acessos não autorizados e de situações acidentais, internas ou externas, ou ilícitas, de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de Tratamento inadequado ou ilícito dessas informações;

· monitorar seus sistemas e redes regularmente, envidando todos os esforços cabíveis para identificar, sanar e neutralizar vulnerabilidades e ataques;

· garantir que as atividades de Tratamento de Dados Pessoais serão conduzidas apenas por Integrantes e/ou terceiros autorizados e devidamente treinados para cumprir com as obrigações aqui estabelecidas e com as Políticas pertinentes;

· adotar as medidas de segurança necessárias para resguardar a operação dentre as tecnologias disponíveis no mercado ao tempo do negócio;

· possuir um plano de ação frente a Incidentes de Segurança da Informação, físicos ou digitais.

O acesso dos Integrantes a informações constantes das redes da TABOCA será limitado com base no perfil de usuário, criado pelo suporte técnico com base nas funções de cada um dos Integrantes, e aprovação prévia.

Caso o Integrante verifique a ocorrência de qualquer Incidente de Segurança da Informação relacionado à sua rotina de trabalho, em dispositivos fornecidos pela TABOCA ou em seus próprios, deverá, imediatamente, contatar a equipe de Tecnologia da Informação da TABOCA.

O time de Tecnologia da Informação (TI) poderá ser contatado por meio do seguinte canal: E-mail: si@mtaboca.com.br

6.4 Divulgação e transferência de dados pessoais para terceiros

As divulgações serão permitidas quando as informações forem solicitadas para uma ou mais das

seguintes hipóteses, as quais estão sendo relacionadas de forma exemplificativa:

1. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória da TABOCA;

2. tratamento compartilhado de Dados Pessoais necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

3. exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e

arbitral, nos termos das legislações cabíveis;

4. proteção da vida ou da incolumidade física do Titular ou de terceiros;

5. quando for necessário atender aos interesses legítimos da TABOCA ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do Titular que exijam a proteção dos Dados Pessoais.

Deste modo, todos os pedidos de fornecimento de Dados Pessoais fundados nas hipóteses acima descritas, devem ser respaldados por documentação adequada e especificamente autorizadas pelo Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais.

6.5 Transferência e tratamento de dados pessoais a estrangeiros

Na eventual hipótese de Tratamento de Dados Pessoais de Estrangeiros e/ou Transferência internacional de Dados Pessoais, a TABOCA deverá evidenciar e formalizar o tratamento ou transferência, conforme o caso, obedecendo, notadamente, os princípios, limites legais e direitos dos titulares, em consonância com o disposto na legislação, assegurando a confidencialidade, privacidade e sigilo dos dados transferidos.

6.6 Armazenamento, retenção e eliminação de dados pessoais

Os Dados Pessoais serão retidos pelo período necessário ao cumprimento dos trabalhos desenvolvidos pela TABOCA ou para o exercício de demais hipóteses legais. Após, serão adotadas as medidas necessárias para a eliminação ou, ainda, a Anonimização dos Dados Pessoais, que só poderão ser realizados em consonância com as diretrizes estabelecidas nesta Política.

Os Dados Pessoais mantidos por meio de registros manuais ou eletrônicos que tenham atingido a data de retenção, deverão ser descartados como "lixo confidencial", colocados em desuso, removidos e destruídos imediatamente.

Na eventual hipótese de solicitação de eliminação de Dados Pessoais pelo seu Titular, a TABOCA se reserva o direito de mantê-los no seu Banco de Dados, para o cumprimento de obrigações legais, resolver disputas, manter a segurança, evitar fraudes, abusos, garantir o cumprimento de contratos ou, ainda, prestar informações à órgãos públicos, passo em que os Dados Pessoais deverão ser Anonimizados.

6.7 Efetividade e cumprimento desta política

A TABOCA adotará todos os meios e ações necessárias para assegurar o efetivo cumprimento desta Política, tais como divulgação, adesão aos termos de anuência, adequações contratuais, treinamentos, sanções disciplinares e outras medidas que se fizerem necessárias.

6.8 Contato

A TABOCA nomeou: Luiz Fellipe Salomão Queiroz como o Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais, para aceitar comunicações dos Integrantes e terceiros, prestar esclarecimentos e adotar providências, bem como para atuar como canal de comunicação com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para contatar o Encarregado, os Integrantes poderão encaminhar suas solicitações para: E-mail: lgpdmtaboca@mtaboca.com.br

Luiz Fellipe Salomão Queiroz
Data Protection Officer (DPO)